

PERITO CONTÁBIL

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

PERITO CONTÁBIL

1

A empresa Alfa S/A, sociedade anônima de capital aberto, foi alvo de uma disputa societária na qual um grupo de acionistas minoritários questionou a veracidade das demonstrações financeiras dos últimos três anos, alegando possível superavaliação de ativos e omissão de passivos.

O juiz da causa determinou a realização de uma perícia contábil para apurar a veracidade dos valores apresentados, revisar os balanços, verificar haveres e emitir parecer técnico.

O juiz ressaltou a necessidade de contratação de um profissional de notória especialização, conforme a legislação vigente, e a empresa questionou se poderia contratar um Técnico em Contabilidade para prestar o serviço, alegando custos mais baixos.

Considerando o Decreto-Lei nº 9.295/1946 e a NBC PP 01 – PERITO CONTÁBIL, assinale a afirmativa correta quanto à habilitação legal do profissional para realizar essa perícia.

- (A) Qualquer bacharel em administração pode realizar perícia contábil judicial.
- (B) O Contador diplomado é o único autorizado a realizar perícia contábil judicial.
- (C) O Técnico em Contabilidade pode realizar perícia, se comprovar prática contábil anterior.
- (D) O registro no Conselho Regional de Contabilidade do Contador e a inscrição no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis são requisitos fundamentais para realizar perícia contábil judicial.
- (E) O Perito Contábil deve ser um Contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPIC).

2

A Holding Beta S/A detém 18% das ações ordinárias com direito a voto da Empresa Delta Ltda., uma companhia do setor químico.

A Holding Beta não possui nenhum acordo formal de acionistas, porém tem direito contratual de indicar um membro no Conselho Administrativo da Empresa Delta, participa ativamente das decisões estratégicas da companhia, além de fornecer tecnologia exclusiva para processos produtivos essenciais da investida.

Durante a instrução, o juiz determinou a prova pericial para apurar o valor justo da participação, e surgiu uma controvérsia sobre a existência de influência significativa da Holding Beta sobre a investida, considerando a NBC TG 18 - INVESTIMENTO EM COLIGADA E EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO.

Com base no caso apresentado e conforme as diretrizes da NBC TG 18, o perito contábil certificará que a seguinte afirmativa caracteriza corretamente a relação entre a Holding Beta S/A e a Empresa Delta Ltda.:

- (A) Não há influência significativa por não atingir 20% das ações.
- (B) A influência significativa depende somente do percentual de ações.
- (C) Há influência significativa, comprovada por participação no conselho.
- (D) A influência significativa só ocorre com poder de voto acima de 50%.
- (E) Não há influência significativa, pois não há controle acionário majoritário.

3

No exame de documentos de natureza contábil realizados no contexto de trabalhos de asseguarção externa e independente, verificou-se que um servidor atuava como contador, elaborando demonstrações contábeis e assinando balancetes, embora não possuísse registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). À luz do que dispõe a Lei nº 12.249/2010, que alterou dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295/1946, avalie as seguintes proposições:

- I. O exercício da profissão contábil, nos moldes legais, exige conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, aprovação em Exame de Suficiência e registro ativo no respectivo Conselho Regional de Contabilidade.
- II. A ausência de registro no CRC impede o exercício legal da atividade contábil, sendo vedada a prática de atos privativos de contador por profissionais não registrados.
- III. Técnicos em contabilidade que se registraram até 1º de junho de 2015 mantêm assegurado o direito ao exercício da profissão, mesmo sem diploma de nível superior.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4

No âmbito de uma perícia contábil judicial em ação de dissolução parcial de sociedade, o perito contábil foi instado a verificar se determinado ativo imobilizado da empresa, registrado contabilmente por R\$ 90.000,00, estava com valor superavaliado nos balanços. Após análise técnica, constatou-se que o valor líquido de venda do bem seria de R\$ 65.000,00 e que o valor em uso, estimado com base no fluxo de caixa futuro descontado, totalizava R\$ 68.000,00.

De acordo com a NBC TG 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, o valor recuperável do ativo, que deverá ser considerado na mensuração do ajuste, corresponde a

- (A) R\$ 90.000,00.
- (B) R\$ 68.000,00.
- (C) R\$ 65.000,00.
- (D) R\$ 70.000,00.
- (E) R\$ 75.000,00.

5

Em ação judicial de apuração de haveres, o perito contábil foi incumbido de mensurar corretamente o valor dos estoques remanescentes da sociedade empresária na data de corte.

A empresa fabrica peças metálicas sob encomenda e adota o sistema de inventário permanente. O estoque final físico foi conferido em 800 unidades acabadas, com valor de mercado unitário de R\$ 72,00. Na apuração do valor contábil unitário, o perito verificou os seguintes dados médios por unidade produzida: R\$ 50,00 de matéria-prima, R\$ 10,00 de mão de obra direta, R\$ 5,00 de custos indiretos variáveis e R\$ 8.000,00 mensais de custos indiretos fixos, alocados sobre 2.000 unidades produzidas no mês.

Considerando a NBC TG 16 – ESTOQUES e o critério do menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, o valor total do estoque a ser reconhecido contabilmente é de

- (A) R\$ 55.200,00.
- (B) R\$ 58.400,00.
- (C) R\$ 61.600,00.
- (D) R\$ 64.800,00.
- (E) R\$ 67.200,00.

6

Em 2024, a Cia. W reconheceu as seguintes categorias relacionadas à remuneração do pessoal-chave da administração: Benefícios de rescisão de contrato de trabalho: R\$ 200.000,00; Benefícios de curto prazo a administradores: R\$ 400.000,00; Remuneração baseada em ações: R\$ 500.000,00; Benefícios pós-emprego: R\$ 800.000,00.

Na certificação do atendimento da NBC TG 05 – DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS, o perito contábil deve verificar se a Cia. W divulgou informações relacionadas ao seguinte total sobre a remuneração do pessoal chave da administração:

- (A) R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 500.000,00.
- (C) R\$ 1.300.000,00.
- (D) R\$ 1.400.000,00.
- (E) R\$ 1.900.000,00.

7

A Cia. X reconheceu, em suas Demonstrações do Resultado do Exercício de 31/12/2023 e de 31/12/2024, lucro líquido de R\$ 600.000,00 e R\$ 700.000,00, respectivamente.

A Cia. X distribui a seus acionistas dividendos de 25% do lucro líquido. O valor é sempre pago no primeiro trimestre do exercício seguinte.

Na certificação do valor reconhecido como “Remuneração de capitais próprios” na Demonstração do Valor Adicionado de 31/12/2024, de acordo com a NBC TG 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, o perito contábil indicará o seguinte valor:

- (A) R\$ 150.000,00.
- (B) R\$ 175.000,00.
- (C) R\$ 525.000,00.
- (D) R\$ 550.000,00.
- (E) R\$ 700.000,00.

8

Em 2024, a Cia. X e a Cia. Y realizaram uma combinação de negócios.

Devido às características das empresas, não era necessária a aprovação de entidades governamentais. No entanto, um perito contábil foi contratado para verificar o processo.

O processo envolveu as seguintes etapas:

- Término das negociações: 10/01/2024;
- Assinatura do contrato: 05/02/2024;
- Divulgação para o mercado: 10/02/2024;
- Transferência do controle da Cia. Y: 30/03/2024;
- Pagamento do montante acordado pela Cia. X: 15/04/2024.

Na certificação do atendimento da NBC TG 15 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS, o perito contábil indicou que a data de aquisição era

- (A) 10/01/2024.
- (B) 05/02/2024.
- (C) 10/02/2024.
- (D) 30/03/2024.
- (E) 15/04/2024.

9

A empresa A ajuizou ação indenizatória por lucros cessantes em face da empresa B arguindo que sofreu prejuízos financeiros decorrentes de inadimplemento contratual. Em sua defesa, a parte ré negou a ocorrência dos fatos narrados pela parte autora, e apresentou diversos documentos como prova de suas alegações.

Considerando que se trata de causa que versa sobre direito que admite autocomposição, para se averiguar qual das partes estava correta em suas alegações, elas, de comum acordo, requereram a realização de prova pericial contábil, e indicaram José para ser nomeado como perito contábil, uma vez que é profissional legalmente habilitado e inscrito em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

Diante desse cenário, e à luz do que estabelece o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Juiz poderá indeferir a indicação do perito contábil José pelas partes, uma vez que a nomeação de perito cabe exclusivamente ao magistrado, já que ele é o destinatário das provas.
- (B) O juiz poderá deferir a indicação do perito contábil José, mas considerando que ambas as partes indicaram o perito de comum acordo, será vedada a indicação de assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.
- (C) O juiz poderá indeferir, em decisão fundamentada, o pedido das partes de realização de prova pericial se entender que se trata de diligência meramente protelatória e que as provas documentais acostadas aos autos já são suficientes para o seu convencimento acerca dos fatos narrados pelas partes.
- (D) O juiz poderá deferir o pedido das partes de nomeação do perito contábil José, mas deverá, também, nomear perito de confiança do Juízo, que, concomitantemente, realizará a análise técnica do caso e, ao final, será realizada comparação entre os laudos apresentados.
- (E) O juiz poderá deferir o pedido das partes de nomeação do perito contábil José, que, por ter sido indicado pelas partes, poderá emitir opinião que exceda o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

10

Em sua atividade cotidiana, o perito contábil deve lidar com documentos cujo teor, eficácia e força probante são regidos pela legislação pátria.

Em relação ao tema, especificamente do que dispõe o Código de Processo Civil a respeito da prova documental, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os livros empresariais provam a favor de seu autor no litígio entre empresários, ainda que não preencham os requisitos exigidos por lei.
- (B) Os livros empresariais provam contra seu autor, sendo vedado ao empresário demonstrar que os lançamentos não correspondem à verdade dos fatos.
- (C) Se os fatos que resultam dos lançamentos forem, ao mesmo tempo, favoráveis e contrários ao interesse de seu autor, ambos serão considerados em conjunto, como unidade, tendo em vista a indivisibilidade da escrituração contábil.
- (D) As cartas e registros domésticos provam contra o credor quando enunciam o recebimento de um crédito.
- (E) A nota escrita pelo devedor em qualquer parte de documento representativo de obrigação faz prova em benefício do credor.

11

Gabriela ajuizou ação indenizatória em face do Banco ABC pretendendo o reconhecimento do pagamento de faturas e o consequente refaturamento do débito do referido cartão, além de indenização por danos morais. Em sua petição inicial, a parte autora, além de requerer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, requereu a produção de prova testemunhal e pericial contábil com a finalidade de comprovar a cobrança indevida do banco réu.

Em seguida, o Juízo para o qual foi distribuída a referida demanda, com base nos documentos apresentados pela parte autora, deferiu o benefício da gratuidade de justiça por ela pretendido. No curso do feito, após a especificação em provas, a parte autora reiterou seu pedido de realização de provas testemunhal e pericial enquanto a parte ré ressaltou que pretendida, apenas, a produção de prova documental suplementar.

Em resposta, o Juízo deferiu o pedido autoral de realização da prova pericial, nomeando o perito, e designou audiência de instrução e julgamento.

Diante desse cenário, e à luz do que estabelece o Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando que somente a parte autora requereu a realização da prova pericial, a ela recairá o ônus de arcar com os honorários do perito, e se não houver o recolhimento da referida verba dentro do prazo assinalado pelo Juiz, poderá haver a decretação de perda da prova.
- (B) Durante a audiência de instrução e julgamento, deverá ser observada uma ordem na oitiva das partes e auxiliares envolvidos: primeiro se ouvirá a testemunha e, em seguida, será realizada a oitiva do perito e assistentes técnicos, caso haja necessidade, para, então, ao final, serem ouvidas as partes, caso se entenda pela necessidade de haver depoimento pessoal.
- (C) O perito deverá protocolar o laudo pericial pelo menos 10 dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- (D) Caso haja impugnação das partes ao laudo apresentado pelo perito nos autos, ele terá o prazo de quinze dias para esclarecer os pontos divergentes apresentados e, se ainda houver necessidade de mais esclarecimentos, a parte poderá requerer ao juiz que mande intimar o perito a comparecer à audiência de instrução e julgamento, formulando quesitos.
- (E) Ainda que se trate de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz deverá nomear somente um perito, preferencialmente com especialização em todas as áreas necessárias para a análise técnica do feito.

12

A respeito da prova pericial, assinale a afirmativa correta, à luz do que estabelece o Código de Processo Civil sobre o tema.

- (A) Havendo assistentes indicados pelas partes, o perito deverá comunicar a eles, com antecedência mínima de 5 dias, a respeito das diligências e dos exames que serão realizados.
- (B) Apesar dos assistentes técnicos serem indicados pela parte, eles também estarão sujeitos aos motivos de impedimento ou suspeição, para preservar sua imparcialidade.
- (C) O perito que for substituído nos autos em razão de ter deixado de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado deverá restituir os valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de três anos.
- (D) Na decisão em que nomear o perito, o Juiz fixará o prazo para a entrega do laudo, arbitrará o valor que entender justo pelos honorários periciais e determinará a intimação das partes para se manifestarem a respeito, no prazo comum de cinco dias.
- (E) Ao perito é vedado ouvir testemunhas, uma vez que tal atribuição é exclusiva do juiz.

13

De acordo com a NBC PP 01 – PERITO CONTÁBIL, ao ser nomeado para realizar uma perícia contábil, o perito deve

- (A) avaliar se possui competência técnica para o caso específico e, se necessário, recusar a nomeação.
- (B) aceitar a nomeação independentemente de sua experiência, buscando adquirir o conhecimento necessário durante o processo.
- (C) delegar a execução da perícia a terceiros mais experientes, mantendo apenas a supervisão geral.
- (D) aceitar a nomeação apenas se já tiver realizado perícias semelhantes anteriormente.
- (E) recusar a nomeação se não possuir conhecimento absoluto sobre todos os aspectos do caso.

14

Durante perícia contábil em uma ação de responsabilidade civil, o perito contábil nomeado verificou divergências significativas entre o saldo contábil informado e os registros fiscais disponibilizados.

Além disso, não obteve acesso integral aos documentos solicitados no termo de diligência, mesmo após notificação formal. Diante disso, o perito optou por concluir o laudo apenas com base nos elementos parciais disponíveis.

À luz das normas aplicáveis, a conduta do perito

- (A) é admissível desde que a conclusão seja genérica e se limite a esclarecer as limitações do trabalho.
- (B) é incorreta, pois o perito contábil deve comunicar formalmente ao juízo a recusa de entrega de provas, solicitando providências antes de finalizar o laudo.
- (C) é correta se o perito contábil indicar no laudo que o julgamento do mérito deve ser feito apenas com base documental.
- (D) é vedada pela NBC PP 01, que determina o encerramento do trabalho em casos de não cooperação da parte diligenciada.
- (E) é adequada se a parte contrária concordar com a ausência dos documentos faltantes.

15

Em uma ação trabalhista, o perito foi incumbido de calcular o valor devido a um ex-empregado referente a salários não pagos. O valor original devido era de R\$ 15.000,00, com vencimento em 10/06/2020.

A sentença determinou a aplicação de correção monetária pelo índice INPC e juros simples de 1% ao mês a partir do vencimento até a data do cálculo, realizada em 10/06/2023.

Considerando que a variação acumulada do INPC no período foi de 20%, o valor total devido é de

- (A) R\$ 23.400,00.
- (B) R\$ 24.480,00.
- (C) R\$ 25.200,00.
- (D) R\$ 26.000,00.
- (E) R\$ 26.400,00.

16

Um contrato de prestação de serviços prevê multa moratória de 3% e juros de mora de 1% ao mês sobre o valor da fatura vencida. O serviço foi prestado integralmente e a fatura, no valor de R\$ 9.500,00, venceu em 05/04/2022. O pagamento foi feito apenas em 05/07/2022.

Com base nas cláusulas contratuais, o valor total da penalidade (multa + juros) é de

- (A) R\$ 285,00.
- (B) R\$ 380,00.
- (C) R\$ 570,00.
- (D) R\$ 665,00.
- (E) R\$ 760,00.

17

Durante a realização de uma perícia judicial envolvendo apuração de haveres, o perito judicial, por negligência, prestou informações inverídicas que comprometeram a confiabilidade do laudo.

Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta quanto à responsabilidade do perito contábil nessa situação.

- (A) O perito contábil responderá apenas se comprovada intenção deliberada (dolo) de prejudicar alguma das partes.
- (B) O perito contábil será advertido, mas não sofrerá sanção caso o erro seja cometido por culpa.
- (C) O perito contábil responderá pelos prejuízos que causar à parte, podendo ser inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de 2 a 5 anos, mesmo que tenha agido com culpa.
- (D) O perito contábil será destituído da função apenas se houver pedido formal das partes.
- (E) Caso seja constatado o erro, o perito contábil será automaticamente impedido de atuar em qualquer função contábil pelo prazo de 5 anos.

18

Uma empresa S.A. apresentou as seguintes informações em seu Balanço Patrimonial:

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Ativo Circulante	R\$ 2.000,00	Passivo Circulante	R\$ 1.800,00
Caixa	R\$ 1.000,00	Fornecedores	R\$ 1.000,00
Contas a Receber	R\$ 500,00	Provisões	R\$ 400,00
Estoques	R\$ 300,00	Impostos diferidos passivos	R\$ 300,00
Impostos diferidos ativos	R\$ 200,00	Outros passivos circulantes	R\$ 100,00
Outros ativos circulantes	R\$ 100,00	Passivo Não Circulante	R\$ 1.700,00
Ativo Não Circulante	R\$ 3.000,00	Empréstimos	R\$ 500,00
Realizável a longo prazo	R\$ 400,00	Provisões	R\$ 1.200,00
Propriedades para Investimentos	R\$ 800,00	Patrimônio Líquido (PL)	R\$ 1.500,00
Imobilizado	R\$ 1.000,00	Capital Social	R\$ 1.000,00
Intangível	R\$ 800,00	Reserva de Lucros	R\$ 500,00
Total do Ativo	R\$ 5.000,00	Total do Passivo e PL	R\$ 5.000,00

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, o perito contábil identificou que as informações estavam incorretas, pois

- (A) os impostos diferidos ativos e passivos foram classificados como ativos circulantes.
- (B) as propriedades para investimentos devem ser classificadas dentro do grupo Investimentos no ativo não circulante.
- (C) as provisões devem ser classificadas como passivos não circulantes.
- (D) segundo a ordem decrescente de liquidez, o intangível deve ser apresentado acima do imobilizado.
- (E) com a reforma da Lei nº 6.404/1976, as empresas não podem apresentar saldo na conta Reserva de Lucros.

19

Um credor de uma empresa S.A. contratou um perito contábil para analisar um registro contábil no balanço dessa empresa, objetivando ajuizar uma ação indenizatória. No contrato de empréstimo, o credor incluiu uma cláusula restritiva (*covenant*) relacionada à liquidez imediata (caixa e equivalentes de caixa dividido pelo passivo circulante), a qual não poderia ser menor que 1. Segue recorte do Balanço Patrimonial da empresa S.A.:

Código da Conta	Descrição da Conta	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2024
1.01	Ativo Circulante		R\$ 970,00	R\$ 1.002,00
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa		R\$ 100,00	R\$ 102,00
1.01.01.01	Caixas e Bancos		R\$ 100,00	R\$ 30,00
1.01.01.02	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1	R\$ 0,00	R\$ 22,00
1.01.01.03	Depósitos Judiciais	2	R\$ 0,00	R\$ 50,00
1.01.02	Aplicações Financeiras		R\$ 70,00	R\$ 50,00
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		R\$ 70,00	R\$ 50,00
1.01.03	Contas a Receber		R\$ 300,00	R\$ 250,00
1.01.04	Estoques		R\$ 500,00	R\$ 600,00
2.01	Passivo Circulante		R\$ 80,00	R\$ 50,00

Nota explicativa 1

As aplicações financeiras em moeda nacional são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo em investimento com risco insignificante de alteração de valor, correspondentes a certificados de depósitos bancários (CDBs) e outras operações compromissadas são indexadas pela variação do certificado de depósito interfinanceiro (CDI).

Nota explicativa 2

A companhia efetuou depósitos na fase judicial, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária e permitir ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal. Os processos judiciais e administrativos são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 03, o perito contábil identificou que

- (A) as aplicações financeiras de liquidez imediata deveriam ter sido classificadas à parte do ativo circulante, ao invés de caixa e equivalentes de caixa.
- (B) as aplicações financeiras de liquidez imediata deveriam ter sido mantidas na conta de Aplicações Financeiras (1.01.02), em vez de transferidas para caixa e equivalentes de caixa.
- (C) os depósitos judiciais deveriam ter sido classificados como conta redutora do passivo nos empréstimos, em vez de caixa e equivalentes de caixa.
- (D) os depósitos judiciais deveriam ter sido classificados em conta de passivos contingentes no passivo circulante, em vez de caixa e equivalentes de caixa.
- (E) os depósitos judiciais deveriam ter sido classificados em conta à parte do ativo circulante ou no realizável a longo prazo, em vez de caixa e equivalentes de caixa.

20

A empresa “A” ingressou com pedido de recuperação judicial e, no decorrer do processo, levantou um possível conflito de interesses. A empresa constatou que o perito contador nomeado pelo MM. Juízo é sobrinho e devedor em mora de uma pessoa que faz parte do quadro societário da empresa “A”.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC PP 01 (R1) – NORMAS PROFISSIONAIS DO PERITO CONTÁBIL, o perito contábil deveria

- (A) declarar-se suspeito, após nomeado, dada a ocorrência da situação que suscita suspeição em função da sua imparcialidade.
- (B) declarar-se suspeito, pois a norma brasileira de perito contábil determina responsabilidades e penalidades para o profissional que exerce a função de perito, as quais consistem em multa, indenização e inabilitação.
- (C) declarar-se suspeito, pois a norma brasileira de perito contábil estabelece penas de multa e reclusão para os profissionais que exercem a atividade pericial que descumprirem as normas legais.
- (D) dar conhecimento do fato na conclusão dos trabalhos periciais e apresentar no laudo pericial contábil a ressalva para afastar a imparcialidade.
- (E) dar conhecimento do fato na conclusão dos trabalhos periciais e apresentar no laudo pericial contábil os potenciais problemas e riscos que ocorreram no andamento da perícia.

21

Um perito contábil foi contratado para analisar a reclassificação de ativos imobiliários nas demonstrações financeiras de uma empresa S.A., cujo objeto social abrange tanto a locação quanto a compra e venda de imóveis.

Durante a análise documental e reuniões com a administração, o perito identificou que um imóvel da empresa, avaliado pelo método de custo e classificado como propriedade para investimento, permaneceu por 16 anos no ativo não circulante e, durante esse período, foi alugado. No entanto, com o intuito de angariar caixa, a empresa decidiu vender o imóvel classificado como propriedade para investimento, contratando arquitetos, engenheiros e iniciando a reforma do imóvel.

Diante desse cenário e considerando as diretrizes da NBC TG 28 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, a empresa deve

- (A) continuar a tratar o imóvel como ativo imobilizado até que seja desreconhecida, mensurando-a pelo custo.
- (B) continuar a tratar o imóvel como propriedade para investimento até que seja desreconhecida, mensurando-a pelo custo.
- (C) transferir de propriedade para investimento para estoque e manter o valor contábil da propriedade transferida.
- (D) transferir de propriedade para investimento para estoque e alterar o valor contábil da propriedade transferida para valor justo.
- (E) transferir de propriedade para investimento para ativo imobilizado e alterar o valor contábil para o valor justo.

22

Um perito contábil está analisando um pedido de recuperação judicial de uma empresa S.A. na qual os novos administradores incorreram em diversos atos de má gestão, incluindo transações financeiras no exterior. Tais operações resultaram em autuações bilionárias da Receita Federal, que, mesmo após décadas marcadas por disputas administrativas e judiciais, continuam a impactar severamente a estrutura de capital da empresa S.A.

A Companhia apresenta prejuízo acumulado significativo. As contingências decorrentes de tais atos, inclusive as de natureza tributária, geram impacto financeiro e operacional direto e contínuo, tornando inadequada sua estrutura de capital e limitando as possibilidades de crescimento e expansão. A perda esperada no âmbito do referido processo judicial passou de classificação possível para provável. Em relação à mensuração, há uma escala contínua de desfechos possíveis, com cada ponto nessa escala sendo tão provável como qualquer outro. A escala vai de R\$ 100.000,00 a R\$ 200.000,00.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, o perito contábil identificou que a reclassificação da contingência tributária afeta a estrutura de capital com o reconhecimento de

- (A) uma provisão no valor de R\$ 100.000,00.
- (B) uma provisão no valor de R\$ 150.000,00.
- (C) uma provisão no valor de R\$ 200.000,00.
- (D) um passivo contingente no valor de R\$ 100.000,00.
- (E) um passivo contingente no valor de R\$ 150.000,00.

23

A empresa Cromo Indústria S.A., do ramo metalúrgico, apresentou ao final do exercício uma queda significativa no faturamento de sua unidade de peças fundidas, resultante da perda de contratos com seus maiores clientes.

O perito contábil contratado para emitir um parecer técnico a respeito dos ativos dessa unidade geradora de caixa (UGC), identificou que:

- o valor contábil dos ativos da unidade era de R\$ 12 milhões.
- o valor justo líquido de despesas de venda foi estimado em R\$ 8,5 milhões.
- o valor em uso, com base em fluxos de caixa descontados, foi estimado em R\$ 9,2 milhões.

Com base na NBC TG 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, assinale a afirmativa correta sobre como a empresa deve proceder para avaliar a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

- (A) Deve reconhecer uma perda de R\$ 3,5 milhões, com base no valor justo líquido de despesas de venda.
- (B) Não há necessidade de reconhecimento de perda, pois o valor em uso é superior ao valor justo líquido de venda.
- (C) Deve reconhecer uma perda de R\$ 3,5 milhões, pois o valor recuperável é o menor entre o valor justo e o valor em uso.
- (D) Deve reconhecer uma perda de R\$ 2,8 milhões, pois o valor recuperável é o maior entre o valor justo e o valor em uso.
- (E) Deve reconhecer uma perda de R\$ 2,8 milhões, pois o valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.

24

A empresa Zeta Ltda., enquadrada como Pequena Empresa conforme a NBC TG 1000 – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, desenvolveu internamente um *software* para gestão de estoque.

O projeto envolveu duas fases distintas:

- Na primeira fase, foram realizados estudos técnicos preliminares de viabilidade, entrevistas com usuários e protótipos experimentais, que custaram R\$ 70.000,00.
- Na segunda fase, o desenvolvimento efetivo do código e testes de operação custaram R\$ 130.000,00.
- Esse *software* não faz parte e não integra outro ativo da entidade.
- Ao final do exercício, o ativo gerado ainda não estava pronto para uso, mas a empresa acredita que será concluído e trará benefícios econômicos futuros.

Com base na NBC TG 1000 (R1), o perito contábil contratado certificará os gastos relacionados a esse projeto do seguinte modo:

- (A) reconhecer R\$ 200.000,00 como ativo intangível, pois todo o processo contribui para geração de benefícios futuros.
- (B) reconhecer R\$ 130.000,00 como ativo intangível e lançar os R\$ 70.000,00 como despesa do período.
- (C) reconhecer R\$ 200.000,00 como despesa, visto que ativos intangíveis gerados internamente não podem ser registrados por PMEs, salvo se fizerem parte do custo de outro ativo.
- (D) reconhecer R\$ 70.000,00 como ativo e o restante como despesa, pois os custos iniciais são os que determinam a base do ativo intangível.
- (E) não registrar nenhum valor como ativo, pois o bem ainda não está pronto para uso e só pode ser ativado após a entrada em operação.

25

Uma empresa de eletrodomésticos fornece garantia para seus clientes contra defeitos de funcionamento das geladeiras. O valor de provisão não utilizada por falta de defeitos é de R\$ 150.000,00.

O Administrador sugere reclassificar a referida quantia para provisão de um novo processo judicial movido contra a empresa por um ex-empregado. O Comitê de Auditoria alega que a norma de contabilidade NBC TG 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES não permite tal procedimento e decide contratar um perito para emitir um parecer a respeito.

Com base no enunciado, assinale o parecer correto elaborado pelo Perito Contábil.

- (A) A norma de contabilidade NBC TG 25 somente permite esse procedimento se a constituição e a reversão da provisão ocorrerem no curso do mesmo exercício social.
- (B) A norma de contabilidade NBC TG 25 somente permite esse procedimento se a constituição e a reversão da provisão ocorrerem no curso do mesmo exercício social e observado o objeto social da firma.
- (C) Para que o saldo de uma provisão não utilizada de uma atividade possa ser utilizado para outra atividade é exigido que o Conselho de Administração da firma delibere autorizando o procedimento.
- (D) A norma de contabilidade NBC TG 25 somente permite que uma provisão seja utilizada para desembolso da provisão originalmente reconhecida.
- (E) A norma de contabilidade NBC TG 25 nunca permite este procedimento.

PROVA DISCURSIVA - PERITO CONTÁBIL

Questão 1

Você foi nomeado como perito contábil em um processo judicial que envolve a avaliação patrimonial de uma empresa em dificuldades financeiras. Entre os ativos registrados, identificou-se a existência de investimentos relevantes em outras sociedades, os quais estão classificados como participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto. O juiz determina uma análise técnica fundamentada, com base na NBC TG 18 - INVESTIMENTO EM COLIGADA, EM CONTROLADA E EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO, sobre a forma de mensuração desses investimentos e os impactos decorrentes de eventuais perdas de valor.

Com base na NBC TG 18, redija uma dissertação abordando os seguintes pontos:

- A) Explique o conceito de influência significativa conforme definido pela NBC TG 18 (R4) e a sua relevância para a classificação de investimentos em coligadas. Comente o modo como o perito contábil deve avaliar a existência dessa influência no caso concreto.**
- B) Descreva o tratamento contábil dos investimentos em coligadas com base no método da equivalência patrimonial, abordando quando e como deve ser reconhecida a perda por redução ao valor recuperável desses investimentos. Em que situações a realização de testes de recuperabilidade torna-se obrigatória, conforme os critérios da norma?**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20

Questão 2

Durante um processo judicial envolvendo litígio entre sócios de uma empresa rural (Fazenda Boa Esperança Ltda.), o perito contador judicial foi nomeado para apurar a avaliação e o tratamento contábil dos ativos biológicos e produtos agrícolas da fazenda no encerramento do exercício de 20XX. A empresa atua na produção de eucalipto para madeira e gado de corte.

Na perícia, constatou-se que:

- O rebanho bovino (ativos biológicos) era mantido para engorda e posterior venda como carne;
- As árvores de eucalipto estavam em fase de crescimento e corte rotativo (ativo biológico em transformação);
- A empresa avaliava os ativos biológicos com base em custos históricos, sem atualizar pelo valor justo;
- Ao final do exercício, havia carcaça de gado já abatido e armazenado em câmara frigorífica, aguardando comercialização.

Com base nessa narrativa, responda ao que se pede a seguir.

- A) Com base na NBC TG 29 – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA, apresente o tratamento contábil adequado para os ativos biológicos e os produtos agrícolas no contexto apresentado, e indique por que o uso do custo histórico está incorreto.**
- B) Do ponto de vista da perícia contábil, explique como o perito contábil deve proceder para estimar de forma adequada o valor justo dos ativos biológicos da empresa, e indique quais fontes de evidência são aceitáveis para respaldar tecnicamente sua conclusão.**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

